

ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO

Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas

tensões e perspectivas na relação com currículo
e avaliação



Antônio Flavio B. Moreira
Claudia Fernandes
Débora Barreiros
Maria Inês Marcondes
Rosanne Evangelista Dias
Vânia Leite
(Organizadores)



**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

F82

Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas: tensões e perspectivas na relação com currículo e avaliação / organização: Antônio Flavio B. Moreira; Claudia Fernandes; Débora Barreiros; Maria Inês Marcondes; Rosanne Evangelista Dias; Vânia Leite. - 1. ed. - Rio de Janeiro/Petrópolis: Faperj; CNPq; Capes; Endipe /DP et Alii, 2020.

2520 p. E-book

Inclui bibliografia
digital

ISBN 978-65-89060-04-8

1. Educação - Didática - Brasil. 2. Professores - Pesquisa. 3. Currículo - Avaliação. 4. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. 5. Título.

16-36253

CDD: 370.71

CDU: 37.02

20/07/2020

XX ENDIPE - 2020

Avenida Pasteur, 250 – Urca – 22290-902

RIO DE JANEIRO – RJ – BRASIL

Tel: (21) 2542-2281

E-mail: xxendiperio2020@gmail.com

Homepage: <http://www.xxendiperio2020.com.br/home>

Rio de Janeiro
2020



Didática(s) entre diálogos, insurgências e políticas

EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS: UMA AÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA ALÉM DAS CRÍTICAS À PEDAGOGIA EMPREENDEDORA

Eduardo Janicsek Jara – UDESC

INTRODUÇÃO

Há no Brasil muitas leis municipais que tornam obrigatório o Ensino de Empreendedorismo nas Escolas, como por exemplo nos municípios de Brasília de Minas/MG (Lei nº 1986 de 21/09/2016), Pato de Minas/MG (Lei nº 7390 de 21/10/2016), Apucarana/PR (Lei nº 207 de 6/11/2009), Campo Largo/PR (Lei nº 2669 de 13/03/2015), Uruguaiana/RS (Lei nº 4845 de 14/11/2017), Alegrete/RS (Lei nº 5879 de 15/12/2017), Concórdia/SC (Lei nº 5086 de 8/06/2018), Florianópolis/SC (Lei nº 10470 de 20/12/2018), Porto Ferreira/SP (Lei nº 3402 de 22/11/2017), São Paulo/SP (Lei nº 16944 de 28/03/2016), dentre outros municípios, apenas para citar dois em cada estado onde foram identificadas legislações específicas sobre o tema. No senado também projetos de leis já tramitaram com esta intenção, como por exemplo Projeto de Lei 772/2015, arquivado em 31/12/2018, que se propunha a incluir o tema do empreendedorismo no currículo da Educação Básica. Em um contexto municipal, em Florianópolis, a Lei Municipal nº 10.470/2018, dispõe sobre a inclusão de conteúdo de Empreendedorismo nas disciplinas dos currículos das escolas municipais de Florianópolis, fazendo com que atualmente:

Art. 1º - As escolas da rede municipal de Ensino de Florianópolis incluirão nas disciplinas dos currículos escolares conteúdo sobre empreendedorismo. (PMF, 2018)

Anteriores a estas leis e aos projetos que hoje tramitam em espaços legislativos distintos, os projetos apresentados no Congresso Nacional PL 4182/2012, que buscava instituir a “Política Nacional de Empreendedorismo, a ser desenvolvida em todas as escolas técnicas e de nível médio do território nacional”; o PL 4184/2012, que visava “alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para estabelecer o empreendedorismo como um dos objetivos da educação nacional”, bem como o PL 545/2015, d, que propunha “acrescentar parágrafo ao artigo 26 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para adicionar aos currículos escolares o tema Educação Empreendedora”, foram todos arquivados.

Havia claramente, no teor deste Projeto de Lei uma “orientação para o trabalho” bem como para “o mundo do trabalho e da produção” o que não pode ser o objetivo fim do ensino, principalmente se pensarmos em termos do Ensino Fundamental. Presente também na Base Nacional Comum Curricular, o caráter de mercado, envolvendo produtos e serviços, faz-se presente na forma de eixo formativo, com a seguinte pauta:

IV – Empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento

de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º; BNCC, p. 479, BRASIL, 2018)

Evidentemente que questões de caráter profissionalizante devem estar presentes no Ensino Médio e Técnico, mas a questão do ensino para crianças do ciclo fundamental deve ser repensada com outro viés. Todavia, não se trata de excluir o tema empreendedorismo nas escolas apenas se discordarmos do aspecto tecnicista e voltado ao mundo do trabalho. Isto porque o conceito de empreendedorismo não é delimitado pelo mundo do trabalho e produção, tampouco por definições que se considerem completas e hermeticamente definidas, possibilitando diferentes abordagens de acordo com os conceitos pré-definidos. Esta breve introdução indica que a questão do Ensino de Empreendedorismo nas escolas já é uma realidade para milhares de estudantes e educadores, fazendo com que o paradigma relacionado ao ensino ou não deste tema nas escolas se fortaleça.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embora estejam sendo implementadas as leis para o ensino de Empreendedorismo nas escolas, há muita contradição sobre sua implementação. Há muitas críticas a respeito do ensino de Empreendedorismo nas escolas. Melo e Wolf (2014) compreendem o ensino de Empreendedorismo através de uma Pedagogia Empreendedora como um conjunto de receitas práticas, sem fundamentação teórica, “defesa direta ou indireta, do ideário neoliberal de responsabilização individual pelas questões sociais”. Mello da Costa e Saraiva (2014) compreendem que um dos aspectos do ensino de Empreendedorismo é propor uma “dedicação da vida do homem contemporâneo ao ganho, reduzindo-o à dimensão do interesse e lhe incorporando a lógica do capital”. Para Costa (2009), “a cultura do empreendedorismo funciona de modo a fragmentar os indivíduos em mônadas, cada uma ficando responsável apenas por si mesma”, fortalecendo a característica do individualismo humano na sociedade atual.

Por outro lado, uma Pedagogia Empreendedora, defendida por Dolabella (2003) possibilita avançarmos em visões distintas do conceito de empreendedorismo. Não se pode fechar os olhos para o viés profissionalizante deste tema inserido na escola. Há, outrossim, possibilidades de compreender o Empreendedorismo a partir de uma abordagem multidimensional. Shane e Venkataraman (2000) o definem como uma área de negócios, onde a inovação é um aspecto importante. Fillion (1999), sugere que os economistas associam o empreendedor com inovação enquanto os comportamentalistas focam nos aspectos criativos e intuitivos. Para Baron e Shane (2015) o tema é considerado uma busca de oportunidades para inovação que devem ser exploradas

para que se atinjam os efeitos necessários, uma vez que o processo empreendedor inicia quando se reconhecem oportunidades para algo novo. Visões distintas não podem ser excludentes, e de acordo com uma abordagem da complexidade, devem ser consideradas complementares. Cabe ressaltar o viés de fomento à criatividade do indivíduo a partir de práticas de ensino de Empreendedorismo, assim como compreende a Comissão Europeia. Para “o Parlamento e a Comissão Europeia (2005) o empreendedorismo se refere à habilidade individual do indivíduo para transformar ideias em ação” (LOPES, 2017, p.8). Uma vez que as discussões sobre empreendedorismo vêm se perpetuando com diversos autores apresentando várias contribuições sobre o assunto, pretendemos explorar um pouco mais do perfil empreendedor, tentando compreender melhor as características comportamentais empreendedoras (MCCLELLAND, 1972), tais como a necessidade de realização de planos, a disposição para assumir riscos, exercitar a liderança e a autoconfiança, dentre outros aspectos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma proposta de ensino de Empreendedorismo foi desenvolvida pelo Programa de Extensão Universitária da universidade dos autores deste artigo. Envolvendo mais de 1200 crianças espalhadas pelo Brasil, o objetivo foi de estimular as crianças a criarem planos para a Feirinha de Inovação e Empreendedorismo Mirim. Fomentados por parceiros do Programa de Extensão, 20 turmas de educandos receberam fomentos de R\$200,00 para realizarem um plano. Dentre as regras estavam o registro dos gastos apresentando nota fiscal, breve relatório de atividades e apresentação de vídeos. Foram capacitados presencialmente e na modalidade EAD, educadores responsáveis pelas turmas envolvidas. Com material paradidático próprio, que incluía o Manual do Empreendedor Mirim (JARA, 2018) e oficinas específicas para tratar os temas Liderança, Inovação, Educação Fiscal, Planejamento, Ética e Economia Criativa, os professores lideraram suas turmas para realizarem os planos ao longo do ano de 2019, apresentando os resultados de suas ações no início de Dezembro, onde foram selecionadas dez turmas finalistas e premiados as três melhores equipes.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Envolvendo mais de 1200 alunos, sendo mil apenas do município de São José/SC, a Feirinha de Inovação e Empreendedorismo Mirim trabalhou com crianças nos municípios de Parnaíba/PI, Itacaré/BA, Florianópolis/SC, Palhoça/SC e Erechim/RS. As crianças desenvolveram planos onde

puderam ser observados avanços nos conceitos e práticas de liderança, trabalho em equipe, Educação Fiscal, programação, planejamento dentre outros aspectos.

Algumas turmas tiveram a possibilidade de realizar oficinas em diferentes espaços público, como por exemplo a oficina sobre Liderança, ministrada na Câmara de vereadores de Florianópolis, ou a oficina de Planejamento, ministrada na Secretaria Estadual de Segurança Pública de Santa Catarina, ou ainda a oficina sobre Inovação e Economia Criativa, ministrada na Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE). Extrapolar os muros de uma sala de aula para desenvolver as atividades relacionadas ao ensino de Empreendedorismo é um dos pontos positivos de uma possível prática, não atrelada exclusivamente ao ganho de capital ou a uma “visão neoliberal de mundo”.

Os grupos vencedores desenvolveram planos que trataram da confecção de um livro ilustrado que tratava sobre o ECA, criação de placas educativas para não poluição de praias, horta orgânica no pátio do ambiente escolar, casinha ecológica para cachorros com captação de água da chuva, feita com embalagens de leite recicladas, dentre outros planos. Acompanhadas pelos professores e incentivadas pelos responsáveis, as ações desenvolvidas para as crianças resultaram numa bela experiência didática que apontou possibilidades do trabalho da Extensão Universitária em proximidade com crianças do Ensino Fundamental.

CONCLUSÕES

O ensino de Empreendedorismo nas escolas já é uma realidade em muitos municípios do país. Educadores envolvidos neste processo não tiveram formação específica para tratar o tema com crianças e ainda necessitam refletir sobre qual forma abordar o tema em sala de aula, uma vez que há um paradigma estabelecido, associado este ensino a práticas neoliberais ou, por outro lado, a uma formação mais atualizada e alinhada com os anseios da sociedade. Defendemos que não há necessidade de vieses extremos para esta prática. Evidentemente há aspectos profissionalizantes relacionados ao tema Empreendedorismo não devem ser priorizados quando o público-alvo são crianças. Exercitar com as crianças aspectos relacionados à realização de planos, trabalho em equipe, liderança, ética, planejamento, inovação, programação, economia criativa, dentre outros temas, é uma realidade possível de ser trabalhada. Se interpretada na forma das dez competências gerais propostas pela BNCC, a saber: conhecimento, pensamento crítico científico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida e argumentação, as atividades relacionadas ao Ensino de Empreendedorismo podem se relacionar com todas as competências listadas. A Feirinha de Inovação e Empreendedorismo Mirim, desenvolvida

idealizada e coordenada por um Programa de Extensão Universitária, apontou caminhos possíveis e viáveis, transpassando a crítica simples sobre o ensino de Empreendedorismo atrelada ao ganho de Capital e envolvendo valores solidários e de conhecimento, muito além de apenas uma formação para a vida.

REFERÊNCIAS

- BARON, Robert A.; SHANE, Scott A. Empreendedorismo: uma visão do processo. Tradução All Tasks. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf> acessado em 18/01/2020.
- COSTA, Sylvio de S. G. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. In: Educação & Realidade, vol. 34, núm. 2, mayo-agosto, 2009, pp. 171-186. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- DOLABELA, Fernando. Pedagogia empreendedora. São Paulo: Ed. de Cultura, 2003.
- FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, v. 34, n. 2, p. 05-26, 1999.
- JARA, Eduardo J. Manual do Empreendedor Mirim. Florianópolis: UDESC, 2018
- LOPES, Rose M. A. Ensino de Empreendedorismo no Brasil: panorama, Tendências e Melhores Práticas / Rose Mary Almeida Lopes [ET. AL.]; organizado por Rose Mary Almeida Lopes – Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
- MCCLELLAND, D. C. - A sociedade competitiva: realização e progresso social - Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- MELLO DA COSTA, Alessandra de S; SARAIVA, Luiz A. S. Ideologias Organizacionais: Uma Crítica ao Discurso Empreendedor. In: Revista Brasileira de Estudos Organizacionais □ v. 1. n. 2, p. 187-211, dez. 2014, eISSN: 2447-4851 Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais.
- MELO, A. de, & WOLF, L. A pedagogia vai ao porão: notas críticas sobre as assim chamadas “pedagogia empresarial” e “pedagogia empreendedora”. Revista HISTEDBR, Out/2014. On-Line, 14(59), 191-203.
- PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei Municipal nº 10.470/2018, de 20 de dezembro de 2018.
- SHANE, S., VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research. Academy of Management. The Academy of Management Review, 2000.

Resumo

A obrigatoriedade do ensino de Empreendedorismo nas escolas vem tomando forma com base em projetos de lei em construção e em leis municipais já em vigor em diferentes cidades do Brasil. O tema ensino de Empreendedorismo em espaços educacionais também aparece como pauta de discussão na Câmara e no Senado Federal. Há em torno do tema Empreendedorismo, visões distintas, que contribuem para o fortalecimento de um paradigma que busca enquadrar o ensino deste tema, ora como uma ação educativa de aspecto neoliberal, ora como uma proposta necessária para emancipação de indivíduos e capacidade de realização de planos. Em outro aspecto, a recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proposta pelo Ministério da Educação, apresenta o tema Empreendedorismo na forma de eixo estruturante de um itinerário formativo para o Ensino Médio. Guiado pelas dez competências gerais propostas pela BNCC, este artigo contextualiza a descrição deste paradigma apresentando visões distintas sobre o ensino de Empreendedorismo nas escolas e apresenta uma possibilidade de trabalho, a partir de uma experiência didática realizada com turmas do primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Organizada a partir de uma ação de Extensão Universitária, a Feirinha de Inovação e Empreendedorismo Mirim, envolveu mais de mil estudantes do Ensino Fundamental e trabalhou as competências gerais propostas pela BNCC, ampliando o espaço didático para além dos muros escolares. Evidenciaram-se avanços em muitos aspectos relacionados às competências gerais visadas pela BNCC, bem como fragilidades em relação a inexistência de conteúdos curriculares específicos relacionados ao tema Empreendedorismo. Observou-se também a falta de formação específica sobre o tema no atual quadro docente das escolas envolvidas. Concluiu-se que ações didáticas relacionadas ao tema Empreendedorismo, realizadas com turmas do Ensino Fundamental, possibilitam reflexões importantes para o desenvolvimento dos educandos.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Ensino; Extensão; BNCC; Currículo.